



Saldo da balança comercial tem recorde em dezembro mas encolhe em 2025

Com tarifaço de Trump, exportações para EUA caem 6,6% em 2025

Página 3

Brasil mantém otimismo com acordo Mercosul-UE, diz Alckmin

Página 5

Passagem de ônibus em São Paulo sobe 6%

Quem usar ônibus como transporte na cidade de São Paulo nesta terça-feira (6) vai pagar uma passagem mais cara. Como anunciado no fim de 2025, a tarifa, que era de R\$ 5,30, agora a custar R\$ 5,30.

É um reajuste de 6% acima da inflação no período de um ano, que foi de 4,5%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No dia 29 de dezembro do ano passado, quando anunciou o reajuste da tarifa, a prefeitura de São Paulo justificou a mudança afirmando que o preço da passagem foi mantido em R\$ 4,40 durante cinco anos.

"De 2020 a 2025 houve uma única atualização de 13,6% para R\$ 5. E a inflação neste período foi de 40,31%. A correção atual para R\$ 5,30 fica menos da metade do valor inflacionário desses cinco anos", diz comunicado da administração municipal.

Cálculo do reajuste

A prefeitura calcula o reajuste da passagem através de um outro índice, que é o de Preços ao Consumidor do Transporte Coletivo (IPC-Fipe Transporte Coletivo), que indicou 6,5% de variação no acumulado do ano.

Sem o subsídio pago pela prefeitura às empresas de ônibus, o valor da tarifa seria de R\$ 11,78, segundo estudos da prefeitura de São Paulo.

Trem e metrô

O Governo do Estado de São Paulo também aumentou nesta terça-feira o valor das tarifas de trem e metrô. Segundo anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas no final do ano passado, as passagens passaram de R\$ 5,20 para R\$ 5,40. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,37
Venda: 5,37

Turismo
Compra: 5,39
Venda: 5,57

EURO

Compra: 6,28
Venda: 6,28

Governo de SP amplia presença global do estado e fortalece exportações em 2025



Foto: Divulgação Governo de SP

Página 2

Pressionada pelo crescimento das importações e pelo barateamento das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial encerrou 2025 com superávit menor que em 2024, apesar de registrado o melhor resultado para um mês de dezembro desde 1989. No ano passado, as exportações superaram as importações em US\$ 68,293 bilhões, uma queda de 7,9% em relação ao superávit registrado em 2024.

Os números foram divulgados nesta terça-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Apesar do

recoeu, esse foi o terceiro maior superávit comercial anual desde o início da série histórica, em 1989.

Os maiores foram o de 2023, quando o superávit chegou a US\$ 98,903 bilhões, e o de 2024, quando o resultado positivo ficou em US\$ 74,177 bilhões.

Tanto as exportações como as importações bateram recorde. Mesmo com o tarifaço dos Estados Unidos e com a queda no preço das commodities, principalmente do petróleo, as vendas para o exterior somaram US\$ 348,676 bilhões, com alta de 3,5% em relação a 2024. Página 6

Motoristas podem ter desconto de até 15% no IPVA 2026

Página 4

CrediturSP impulsiona desenvolvimento regional e financia R\$ 3 bi em projetos

Página 2

Petrobras assina acordo para produzir diesel S10 para a Vale

Página 3

Setor financeiro amplia apoio a Banco Central em reação à inspeção do TCU no caso Master

Página 6

Esporte

Manu Clauset correrá no Grande Prêmio Cidade de São Paulo 1000 Milhas

É o tempo normal de uma gestação do ser humano. Foram nove meses de espera e diversas experiências desde a sua estreia no automobilismo, para que a campineira Manu Clauset (Grupo Germânica/Freios Frum/Liqui Moly/JL Marcon/Expresso Descalvado) realize dois sonhos de uma vez: correr ao lado de seu pai e participar da corrida mais tradicional e icônica do automobilismo brasileiro. A meia-noite do dia 24 de janeiro a garota de 16 anos de idade estará largando no Grande Prêmio Cidade de São Paulo 1000 Milhas, em um grid de 70 carros no Autódromo de Interlagos, celebrando os 472 anos da capital paulista.

"Esse ano já começou com o pé direito para mim. Estou muito feliz em dizer que vou correr as Mil Milhas, mas ain-

da mais feliz por ser ao lado de uma das pessoas que mais amo na minha vida: meu pai. Meu pai sempre esteve ao meu lado, me apoiando em todos os momentos, e agora vou realizar o sonho de correr com ele. Será uma prova de endurance de 12 horas, mas não é apenas mais uma corrida... são as Mil Milhas!", comemorou Manu Clauset.

Serão 12 horas de disputa ininterrupta, onde ela dividirá a pilotagem com Moisés Niveloni, Thomas Cabrera, Vinicius Luis Marcon e o seu pai, Cacá Clauset. Além da estratégia de box, será importante também a regularidade dos pilotos e a resistência dos carros. Serão 373 voltas em Interlagos, ou 12 horas, mais uma volta. O tempo máximo de pilotagem sem troca de piloto será de três horas e trinta minutos. O tempo mínimo de descanso será de 1 hora. Todas as



Foto: Divulgação

Manu Clauset irá correr pela primeira vez na Mil Milhas

paradas nos boxes terão o tempo mínimo obrigatório de 4 minutos, não importando se, para a troca de pilotos, reabastecimento e/ou quaisquer manutenções.

"Ainda não caiu a ficha, porque é uma sensação simplesmen-

te inexplicável. Tenho certeza de que será uma experiência incrível. Sou muito grata aos meus patrocinadores por me darem essa oportunidade, à minha família e a Deus. Bora, porque estou empolgada demais!", completou a ga-

rota que estreou no automobilismo no final de abril do ano passado, quando tinha apenas 15 anos de idade.

O quinto está inscrito na categoria TIB, para veículos de Turismo de fabricação livre, aspirados de 2101 cm³ até 6000 cm³, com peso mínimo de 900 quilos e tanque de combustível de 100 litros. Eles competirão com um VW Gol preparado pela Moisa Motors, empurrado por um motor do Jetta, de 5 cilindros e 2,5 litros, sem preparação, com 170 cavalos de potência, câmbio da Saveiro Robust de 5 marchas, calçado com pneus semi-slicks.

Manu Clauset tem o apoio de VW Germânica, Liqui Moly, Freios Frum, Giovanna Baby, Raceville Speed Club, TSO Brasil, RCP Racing Driver Equipment, Empower Seguros e V3 Componentes Automotivos.

FPA no COCOA Brazil International Run

A Federação Paulista de Atletismo (FPA) firmou parceria com a PROEESP para acompanhar o COCOA Brazil International Run, evento internacional de corrida de rua que será realizado nos Estados Unidos no dia 18 de janeiro, em Miami Beach, Estados Unidos. Trata-se de uma iniciativa importante para o fortalecimento do intercâmbio técnico e da presença brasileira no cenário interna-

cional da modalidade.

Como parte dessa parceria, a FPA aceitou o convite para acompanhar oficialmente a competição e elaborar um relatório técnico da prova, disponibilizando um árbitro brasileiro para atuação no evento. Com foco na transferência de conhecimento e no aprimoramento técnico da arbitragem paulista, a FPA indicou seu Diretor de Corridas de Rua, Raphael Silva, profissional de ampla experiência, reconhecida

competência e total confiança da entidade, para representar a Federação no acompanhamento da prova.

A presença do diretor da FPA permitirá o acompanhamento de todas as etapas do evento, incluindo a montagem da estrutura, a execução da corrida e as atividades operacionais, contribuindo diretamente para a troca de experiências e o fortalecimento dos padrões técnicos adotados pela arbitragem brasileira.

A entidade parabeniza a usadia e o espírito empreendedor da organização, reconhecendo o protagonismo da PROEESP no mercado de corridas de rua do interior de São Paulo, e deseja pleno sucesso ao projeto, que leva a expertise da organização de provas brasileiras para o exterior. A FPA também ressalta que a iniciativa representa o primeiro de muitos eventos internacionais a serem realizados pela empresa.

A ação reafirma ainda o compromisso das entidades com a evolução técnica das corridas de rua, a valorização dos profissionais da modalidade e a internacionalização do know-how brasileiro na organização de eventos esportivos.

O evento, em programação, prevê o início da entrega de kits nesta quarta-feira, dia 7, em Miami, das 10h às 15h. A organização destaca a importância da retirada antecipada.

Governo amplia presença global do estado e fortalece exportações em 2025

Ao longo de 2025, a InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), avançou de forma consistente na agenda de internacionalização do estado de São Paulo. A atuação ampliou a presença paulista nos principais mercados globais, fortaleceu a atração de investimentos estrangeiros e apoiou a inserção internacional das empresas paulistas.

Um marco desse processo foi a criação, em abril, da Diretoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior, responsável por coordenar e estruturar essa estratégia de forma integrada.

Um dos principais eixos da atuação internacional em 2025 foram os road shows que passaram a integrar os Programas de Missões Internacionais do Governo do Estado de São Paulo.

Essas iniciativas tiveram como objetivo apresentar a carteira de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Estado, ampliando sua visibilidade e atraindo potenciais investidores e operadores internacionais. Até o final de novembro, a InvestSP participou de 51 missões e road shows, um crescimento de 37% em relação a 2024, em articulação com secretarias estaduais, a prefeitura de São Paulo e o Sebrae-SP.

Entre as agendas institucionais realizadas ao longo do ano, destacam-se a Missão Travessias Hídricas, em abril, com agendas em Amsterdã (Holanda), Oslo (Noruega) e Copenhague (Dinamarca); a Missão Brazil Week, em maio, em Nova York (Estados Unidos); e a Missão Mobilidade Urbana, em outubro, com paradas por Doha (Qatar), Riade (Arábia Saudita) e Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos).

(Emirados Árabes Unidos).

Paralelamente, a InvestSP realizou 33 missões internacionais setoriais voltadas à promoção de áreas específicas da economia paulista, como economia criativa, turismo, inovação e tecnologia, além de alimentos e bebidas. Ao todo, 219 empresas participaram dessas agendas internacionais, que contribuíram para o fortalecimento do posicionamento de São Paulo em mercados estratégicos e para a ampliação de oportunidades de negócios, com expectativa de geração de R\$ 709 milhões em negócios nos 12 meses subsequentes.

A promoção das exportações paulistas também foi intensificada ao longo do ano. A InvestSP realizou ações de capacitação e de acesso direto a mercados internacionais, atendendo 675 empresas, sendo 393 capacitadas por meio de programas como o Exporta SP e o SP Global Tech. Um em cada quatro negócios atendidos iniciou ou ampliou suas exportações, com empresas

oriundas de 132 municípios paulistas. A agenda incluiu ainda rodadas de negócios, participação em feiras internacionais, com destaque para eventos na China, e o lançamento do Programa de Promoção Internacional do Café Paulista, cuja execução está prevista para 2026.

Outro avanço relevante foi o fortalecimento da produção de inteligência e conteúdo estratégico voltados ao comércio exterior. Em 2025, a InvestSP lançou a nova edição do guia "Doing Business in São Paulo", em versões em inglês e alemão, além de elaborar relatórios setoriais, estudos de mercado, boletins comerciais, planos de internacionalização e notas técnicas de defesa comercial, oferecendo subsídios técnicos para empresas paulistas atuarem em mercados estratégicos e enfrentarem os desafios do cenário internacional.

A realização e o apoio a eventos internacionais estratégicos também marcaram a agenda do ano. A SP House, durante o

SXSW, em Austin, consolidou-se como vitrine da economia criativa, da inovação e dos negócios paulistas, ampliando a visibilidade do Estado junto a um público internacional diverso. Já o Summit Agenda SP+Verde, realizado em São Paulo como evento pré-COP30, posicionou o Estado como protagonista na agenda da sustentabilidade, da economia verde e da inovação, reunindo lideranças globais, investidores, setor público, iniciativa privada e academia. A InvestSP também atuou como coorganizadora do SP2B – Beyond Business, evento estratégico voltado ao posicionamento de São Paulo como hub da indústria criativa, tecnologia e inovação no hemisfério sul.

A agenda internacional foi reforçada ainda pela assinatura de 10 acordos de cooperação com parceiros da China, Alemanha, Coreia do Sul, Austrália, Emirados Árabes Unidos, Vietnã e União Europeia, ampliando as bases institucionais para a atração de investimentos e a coope-

ração econômica com São Paulo.

Para a diretoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior da InvestSP, Julia Salhulh, a consolidação dessa agenda reflete uma estratégia de longo prazo. "Em 2025, estruturamos uma atuação internacional mais integrada, que combina atração de investimentos, promoção das exportações e presença institucional nos principais mercados globais. Nosso foco é ampliar oportunidades concretas para as empresas paulistas e reforçar São Paulo como um hub de negócios, inovação e conexões internacionais", afirma.

Com uma atuação que combinou presença internacional, inteligência estratégica, apoio às empresas e promoção institucional, a InvestSP construiu, ao longo de 2025, uma agenda internacional robusta, alinhada às diretrizes do Governo do Estado e voltada ao fortalecimento da competitividade global da economia paulista. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Professor, ex-vereador e ex-conselheiro na TCM, o historiador/pesquisador (USP) e escritor Edson Simões [morando em Portugal] já é reconhecido em toda a Europa [via obra pela editora Almedina]. Sua coluna mensal na revista "Brasil Já" é uma aula

PREFEITURA (São Paulo)

Se tem um prefeito [ainda na Prefeitura 2024] que conhece de perto o drama de latino-americanos [de bolivianos até venezuelanos] que chegam na cidade em busca de alguma liberdade política e algum trabalho digno é o fervoroso cristão católico Ricardo Nunes (MDB)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Franco Montoro [ainda na Democracia Cristã] foi deputado na ALESP e presidiu o parlamento paulista entre 1955 e 1956. Depois governador e senador, Montoro [já no MDB] elogiava muito a democracia venezuelana [até os anos 1980 do Século 20]

GOVERNO (São Paulo)

Vice-governador de Paulo Maluf (Arena) e governador [até março 1983], José Maria Marin [FALC em 2025] cumpriu quase 5 anos [por corrupção] via CBF com repercussões na FIFA] na mesma prisão [NY - USA] em que está o ex-ditador venezuelano Maduro

CONGRESSO (Brasil)

De um veterano petista: "dependendo do que alguns federais(as) e senadores(as) do PT, PSOL e Movimento 'Sem Terra' fizeram - em relação à Venezuela agora sem o ditador Nicolás Maduro - o 3º governo do Lulaismo não precisará de inimigos nas oposições"

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O histórico do que rola com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - agora queda e batida de cabeça no cárcere da Polícia Federal - está somando ainda mais condições de uma eleição certa e liquida pra esposa [e agora cuidadora] Michelle ao Senado 2026

PARTIDOS (Brasil)

Dependendo de como será a esperada guerra [de comunicação] no dia 8 janeiro 2025, em relação aos atos do 8 janeiro 2023 [invasões e depredações nos 3 Poderes em Brasília], tanto o Bolsonaroismo (no PL) como o Lulaismo (no PT) podem sair chamuscados

JUSTIÇAS (Brasil)

Sem ser o Governo Eterno [das Justas Justas do Cristo], prometido via literatura pública, nenhum governo desse mundo [menos ainda o que ficou na Venezuela] têm como garantir que seus componentes tenham o Caráter de DEUS e as Éticas do Cristo

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "De fato, sem fé é impossível agradar a Deus, portanto é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam" Hebreus 11:6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

CrediturSP impulsiona desenvolvimento regional e financia R\$ 3 bi em projetos

O maior programa de crédito turístico do país facilitou o acesso ao crédito do setor em São Paulo. Desde 2023, o CrediturSP já destinou R\$ 3,015 bilhões a empreendimentos de 76 municípios turísticos e 1.721 mil empresas, sendo 85% delas micro e pequenas. Com linhas que financiam desde capital de giro até obras de infraestrutura, o Governo de São Paulo abre caminho para novos negócios, amplia a competitividade regional e fortalece o turismo como vetor de desenvolvimento - responsável pela movimentação de R\$ 340 bilhões em 2025, o equivalente a 10% do PIB paulista, de acordo com estimativas do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIEIT).

Sob a gestão da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de SP (Setur-SP) e parceria de mais de 20 instituições ligadas ao sistema econômico, incluindo a Desenvolve SP, o programa beneficiou até agora microempresas (33%), MEIs (30%) e pequenas empresas (22%). Médias empresas, produtores rurais e grandes empresas correspondem juntas a 15% do volume de beneficiados. Levantamento feito pela Setur-SP mostra que os principais segmentos de atividade das empresas são os meios de hospedagem (27%), meios de transporte e locadoras (21%), bares e restaurantes (15%), parques temáticos (11,5%), agências e guias (10,5%), organizadoras de eventos (7%) e demais segmentos (8%).

O acesso ao CrediturSP pro-



Turismo é responsável vetor pela movimentação de R\$ 340 bilhões em 2025, o equivalente a 10% do PIB paulista

porcionar, por exemplo, a ampliação de um hotel em Aparecida, de um restaurante em Cunha, apoio a projetos de um restaurante em Campinas, entre outros. No litoral paulista, por meio do programa de crédito, será possível a ampliação de um resort, no Guarujá, bem como de uma pousada, em São Sebastião.

Entre as prefeituras reconhecidas como Municípios de Interesse Turístico e Estâncias Turísticas, os recursos de financiamento que totalizaram mais de R\$ 1,7 bilhões foram para obras de infraestrutura, turísticas e de segurança, em operações efetivadas pela DesenvolveSP, Banco do Brasil e CAIXA.

Uma das beneficiárias do programa, foi uma arteza de Apiaí, no Vale do Ribeira. Ela reabriu sua

loja de produtos artesanais após a da pandemia e contou com recursos do CrediturSP.

"O Creditur se consolida como um dos maiores instrumentos de desenvolvimento e facilitação de crédito para o segmento turístico. Um programa que cresceu e hoje é um sucesso no portfólio da Setur-SP", destaca o secretário de Turismo de Viagens, Roberto de Lucena.

O Programa CrediturSP conta com parcerias oficiais por meio do Edital de Chamamento Público, que credencia por adesão ao termo de convênio instituições financeiras privadas (Bacen) e fundos de investimentos (CVM). Ao todo já são mais de 20 instituições parceiras como, DesenvolveSP, Banco do Brasil, Caixa,

PPP Novas Escolas amplia infraestrutura da rede estadual em São Paulo e tem 14 obras acima de 45% de execução

As obras da PPP Novas Escolas - Fase I, do Governo de São Paulo, seguem em ritmo acelerado. Das 16 unidades em implantação, 14 já alcançaram ou superaram 45% de execução, mostrando a evolução constante do projeto. Os percentuais consideram desde os serviços iniciais, como fase de projetos e documentação, até as frentes de obra atualmente em andamento.

A unidade de Aguiar é hoje a mais avançada, com 52,2% das obras concluídas. Em seguida vêm São João da Boa Vista (48,8%), Salto de Pirapora (48,3%) e Leme (48%). A PPP prevê a construção de 33 novas escolas em todo o Estado, distribuídas entre os lotes Leste e Oeste. As 16 unidades da Fase I têm entrega prevista ao longo de 2026, ampliando a rede estadual e reforçando o compromisso do Governo de SP com ambientes educacionais mais modernos e acolhedores. Com intervenções distribuídas por diversas cidades, o projeto mantém o cronograma previsto e reforça o compromisso de garantir ambientes de qualidade para estudantes e profissionais da educação. O contrato é regulado e fiscalizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsp), que também acompanha os indicadores de desempenho da

concessionária.

Também estão avançando nas obras as unidades de Itapeitininga (47,6%); Limeira (46,2%); Atibaia (45,9%); Ribeirão Preto II (45,3%); Olímpia (45,2%); Araras (45,1%); São José dos Campos (45,1%); Jandira (45%); Lins (45%) e Ribeirão Preto I (45%). Sertãozinho (44,9%) e São José do Rio Preto (44,8%) completam o grupo de escolas em construção nesta fase.

A construção das 33 novas escolas (fase I mais fase II) por meio de Parceria Público-Privada (PPP) é voltada exclusivamente à infraestrutura e aos serviços de apoio, responsáveis pela construção, manutenção, conservação e operação das atividades não pedagógicas - sem qualquer interferência no conteúdo educacional. Entre os serviços previstos estão a manutenção predial, segurança, limpeza, jardinagem, preparação da merenda e demais atividades de suporte ao funcionamento das unidades. Ao todo, 29 municípios serão beneficiados, com a criação de quase 35 mil novas vagas em período integral para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio da rede estadual.

O investimento total previsto é de R\$ 2,1 bilhões ao longo dos 25 anos de concessão, com metade das escolas programadas para en-



Das 16 unidades em implantação, 14 já alcançaram ou superaram 45% de execução

trega em 2026 e as demais até 2027.

Nos últimos 3 anos, o Governo de São Paulo atuou com coragem para enfrentar gargalos históricos, retomando obras inacabadas e implementando projetos históricos e inéditos que vão deixar legado para a população. Os resultados antes considerados impossíveis saíram do papel para fazer a diferença: a entrega da primeira etapa do Rodaanel Norte, o funcionamento da Linha 17-Ouro de metrô prevista para março, o início do projeto do Túnel Imerso Santos-Guarujá, o fim da Cracolândia no centro da capital, a inclusão de 2 milhões de

pessoas na rede de água e outras 3 milhões com esgoto tratado após a desestatização da Sabesp, as 76 mil casas próprias entregues e outras 110 mil em produção, o recorde de 3,5 milhões de cirurgias eletivas na saúde, os R\$ 8 bilhões investidos em 800 Santas Casas e instituições de saúde com a Tabela SUS Paulista, as 46 mil vagas em universidades com o Prova SUS Paulista e 2 mil intercâmbios internacionais com o Prontos Pro Mundo, a menor taxa de homicídios da história e as quedas recordes em latrocínios e roubos em 2025, entre outros. (Governo de SP)

Com tarifaço de Trump, exportações para EUA caem 6,6% em 2025

Em um ano marcado pelo tarifaço do governo Donald Trump, as exportações brasileiras para os Estados Unidos recuaram 6,6% em 2025, somando US\$ 37,716 bilhões, ante US\$ 40,368 bilhões registrados em 2024. No sentido oposto, as importações de produtos norte-americanos cresceram 11,3% no ano passado, alcançando US\$ 45,246 bilhões, contra US\$ 40,652 bilhões no ano anterior.

Com a queda das exportações e a alta das importações, o Brasil encerrou 2025 com déficit

de US\$ 7,530 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos. Os números foram divulgados nesta terça-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O resultado reflete os efeitos do tarifaço imposto pelo governo do presidente Donald Trump. Em novembro, o mandatário norte-americano anunciou a retirada da tarifa adicional de 40% aplicada a uma série de produtos brasileiros. Ainda assim, conforme cálculos do próprio

Mdic, 22% das exportações do Brasil para os Estados Unidos, o equivalente a US\$ 8,9 bilhões, continuam sujeitas às tarifas estabelecidas em julho.

Nesse grupo estão tanto produtos que pagam apenas a sobretaxa de 40% quanto aqueles que acumulam a tarifa extra com a taxa-base de 10%. Outros 15% das exportações, o equivalente a US\$ 6,2 bilhões, seguem sujeitos apenas à tarifa de 10%.

Um total de 27%, cerca de US\$ 10,9 bilhões, são atingidos pelas tarifas da Seção 232, que

incidem sobre importações que os Estados Unidos consideram como ameaça à segurança nacional. Apenas 36% das vendas brasileiras ao mercado norte-americano estão livres de encargos adicionais.

Dezembro

Mesmo após a retirada parcial das tarifas, as exportações brasileiras aos Estados Unidos caíram 7,2% em dezembro, totalizando US\$ 3,449 bilhões, frente a US\$ 3,717 bilhões no mesmo mês de 2024. Foi a quinta

queda consecutiva nas vendas ao mercado norte-americano desde a imposição da sobretaxa de 50% anunciada em julho pelo governo Trump.

As importações de produtos estadunidenses, por sua vez, recuaram 1,5% em dezembro na comparação anual.

Negociações

Em entrevista coletiva, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém a estratégia de negociação e diálogo com Washington. Segundo ele, as conversas já resultaram na redução do número de produtos atingidos pelo tarifaço.

“O trabalho de redução continua”, afirmou.

Alckmin também destacou que o governo busca melhorar as condições para os 22% da pauta exportadora ainda afetados pelas tarifas. Ele destacou as boas relações entre Lula e Trump.

“Em relação à questão comercial, o presidente Lula tem um bom relacionamento com o presidente Trump e pode avançar ainda mais. Podemos ter um ga-

nha-ganha, tanto na questão tarifária, como não tarifária, em terras raras, datacenters. Podemos ter a aprovação da Redota [regime especial para centros de dados], que estimula investimentos. O Brasil tem energia abundante e renovável”, acrescentou Alckmin.

China e União Europeia

Enquanto as vendas aos Estados Unidos recuaram, o comércio brasileiro com outros parceiros avançou em 2025. As exportações para a China cresceram 6%, totalizando US\$ 100,021 bilhões, ante US\$ 94,372 bilhões em 2024. As importações de produtos chineses subiram 11,5%, para US\$ 70,930 bilhões, resultando em superávit de US\$ 29,091 bilhões para o Brasil.

Já as exportações para a União Europeia aumentaram 3,2% no ano passado, somando US\$ 49,810 bilhões. As importações do bloco cresceram 6,4%, para US\$ 50,290 bilhões, o que gerou déficit de US\$ 480 milhões. Apenas em dezembro, mês marcado pelo adiamento da assinatura do acordo Mercosul-União Europeia, as exportações brasileiras ao bloco avançaram 39% na comparação com o mesmo mês de 2024. (Agência Brasil)

Preços de imóveis sobem 6,5% em 2025 e superam a inflação

Os preços de venda de imóveis residenciais subiram 6,52% em 2025, superando a inflação ao consumidor e registrando a segunda maior alta anual dos últimos 11 anos, de acordo com o Índice FipeZap de Venda Residencial. O indicador, calculado pela Fipe em parceria com o Grupo OLX, teve variação mais de 50% superior à inflação no período.

O resultado ficou atrás apenas de 2024, quando o índice acumulou alta de 7,73%. O FipeZap acompanha os valores anunciados em 56 cidades brasileiras.

Para o investidor imobiliário, a valorização garantiu ganho real. A inflação medida pelo IPCA, referência do Banco Central, acu-

mulou 4,18% em 2025, considerando a prévia de dezembro (IPCA-15). Já o IGP-M, amplamente usado no reajuste de contratos de aluguel, fechou o ano em deflação de 1,05%, ampliando a distância entre os índices.

Apesar do desempenho anual robusto, o ritmo de alta perdeu força no fim do ano. Em dezembro, os preços subiram 0,28%, abaixo de novembro (0,58%) e também do registrado em dezembro de 2024 (0,66%). Ainda assim, a variação mensal ficou ligeiramente acima do IPCA-15, que avançou 0,25% no mês.

A valorização já foi disseminada: todas as 56 cidades monitoradas registraram aumento de

preços em 2025. Entre as capitais, os maiores avanços ocorreram no Nordeste e no Sudeste. Salvador liderou o ranking, com alta de 16,25%, seguida por João Pessoa (15,15%) e Vitória (15,13%). Também se destacaram São Luís (13,91%), Fortaleza (12,61%) e Belo Horizonte (12,03%).

Na outra ponta, Aracaju (2,23%) e Goiânia (2,55%) apresentaram as menores variações entre as capitais.

O recorte por tipologia indica maior pressão de preços nas unidades menores. Imóveis de um dormitório acumularam alta de 8,05% em 2025, acima da média do mercado. Já as unidades com quatro ou mais dormitórios tiveram a menor valorização,

de 5,34%.

Em dezembro, o preço médio nacional ficou em R\$ 9.611 por metro quadrado, de acordo com o levantamento. Os valores mais elevados foram registrados em cidades de Santa Catarina: Balneário Camboriú (R\$ 14.906/m²) e Itapema (R\$ 14.843/m²).

Entre as capitais, Vitória liderou o ranking de preços, com R\$ 14.108 por metro quadrado, seguida por Florianópolis (R\$ 12.773/m²) e São Paulo (R\$ 11.900/m²).

Índice / Cidade - Variação mensal dez/25 - Variação mensal nov/25 - Variação em 2025 (acumulada) - Variação anual (12 meses) - Preço médio (R\$/m²). (Folhapress)

Petrobras assina acordo para produzir diesel S10 para a Vale

A Petrobras e a Vale assinaram contrato para fornecimento de diesel em operações da mineradora em Minas Gerais. O acordo prevê o suprimento de diesel S10, produzido pela empresa, com a adição da parcela obrigatória de biodiesel, atualmente em 15%.

O contrato prevê também oportunidades de desenvolvimento de negócios em baixo carbono, como a possibilidade de compra e venda de diesel R (diesel com conteúdo renovável) e possíveis tratativas para o fornecimento de HVO (Hydrotreated Vegetable Oil).

Desde 2023, as duas empresas vêm atuando em parceria de negócios para o desenvolvimento de soluções de baixo carbono. Em 2024, foi estabelecido acordo para cooperação, incluindo os testes de diesel R5 (5% de conteúdo renovável, além dos 15% obrigatórios de biodiesel) e de bunker com 24% de parcela renovável.

A parceria comercial com a Vale faz parte da estratégia da Petrobras de aproximação com os consumidores finais de seus produtos.

“Estabelecer esse contato di-

reto permite à companhia conhecer melhor as necessidades dos consumidores e ser mais assertiva na construção de soluções que gerem valor para clientes e sociedade”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambrind.

Para ela, “ao oferecer combustíveis de alto desempenho, capazes de colaborar com as metas de descarbonização das empresas, a Petrobras aperfeiçoa sua estrutura logística e capacidade de produzir para clientes de relevância internacional”.

“Estamos muito satisfeitos em fortalecer nossa parceria com a Petrobras, o que gera valor para ambas as empresas e para o Brasil. Esse contrato consolida uma relação de confiança e cria espaço para explorarmos, juntos, soluções inovadoras que contribuam para tornar nossas operações cada vez mais eficientes e sustentáveis”, disse o CEO da Vale, Gustavo Pimenta. “É mais um passo que reforça nossa visão de longo prazo com a descarbonização das operações da Vale, aproveitando, assim, o diferencial competitivo do Brasil em combustíveis renováveis”, acrescentou. (Agência Brasil)

Investidores do Master aguardam indenização do FGC após 50 dias da liquidação

Passados 50 dias desde a liquidação do Banco Master, decretada pelo BC (Banco Central) em 18 de novembro, investidores que aplicaram em CDBs e outros títulos de renda fixa da instituição ainda aguardam o início do pagamento do dinheiro pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

Para dar início aos pagamentos, o FGC precisa receber do liquidante a relação de investidores com direito à garantia. A consolidação dessas informações leva um tempo e varia de caso a caso, mas, em liquidações recentes, o prazo médio para essa etapa ficou entre 30 e 40 dias.

Em nota, o FGC afirma que ainda está aguardando a lista de credores. Concluída essa fase, os repasses serão feitos aos investidores, dentro do limite de cobertura de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. “Sobre motivos de demora, apenas o liquidante pode responder, já que cada liquidação tem a sua particularidade. O FGC está pronto para dar continuidade ao processo

de pagamento assim que receber a lista”, diz o fundo.

Procurado pela reportagem, o liquidante Eduardo Felix Bianchini não respondeu ao pedido de entrevista da reportagem até a publicação deste texto.

A demora, de acordo com uma pessoa com conhecimento do assunto, se deve neste momento à complexidade desta liquidação, que envolve o pagamento de 1,6 milhão de credores com direito a uma indenização do FGC que soma ao todo R\$ 41 bilhões.

Este será o maior resgate em termos de volume financeiro da história do FGC, criado em 1995. Até então, o maior desembolso foi o do Bamerindus, em 1997, de cerca de R\$ 20 bilhões em valores atuais. Em relação aos reembolsados, porém, o Bamerindus segue como o maior caso, com 3.913.229 de clientes pagos.

O tempo de espera de 50 dias para o recebimento da indenização no caso do Banco Master é o maior desde a liquidação

do Banco Rural, ocorrida em 2 de agosto de 2013. Nesse caso, o intervalo entre a decretação da liquidação e o início dos pagamentos via FGC foi de três meses e seis dias.

Depois disso, houve a liquidação do Banco BRJ em 13 de agosto de 2015, cuja espera foi de 27 dias. Em seguida, o Banco Azteca do Brasil, liquidado em janeiro de 2016, registrou um prazo de um mês e 17 dias, o equivalente a 47 dias.

Historicamente, a maior ocorrência no caso da liquidação do BFI (Banco de Fiancamento Internacional), decretada em abril de 1996. Na ocasião, os investidores aguardaram três anos, oito meses e três dias. Segundo o FGC, uma pendência extrajudicial impediu o pagamento imediato.

Em seguida aparece o Banco Vega, liquidado em 1997, cujo intervalo entre a decretação da liquidação e o início dos pagamentos foi de seis meses e 12 dias.

O terceiro caso com maior espera foi registrado pelos cre-

dores do Banco Proper, liquidado em setembro de 2012, que aguardaram cinco meses e quatro dias.

Apesar de as liquidações mais recentes terem um tempo médio de 30 a 40 dias, não há um prazo legal definido para a conclusão dessa etapa. A consolidação e a validação das informações variam de acordo com a complexidade de cada caso e dependem do trabalho do liquidante, o que significa que eventuais atrasos, por si só, não configuram irregularidade.

São cobertos pelo FGC, entre outros instrumentos, os CDBs (Certificados de Depósito Bancário), as LCLs (Letras de Crédito Imobiliário) e as LFs (Letras Financeiras), observados os limites e as regras de cobertura do fundo.

Apesar do montante envolvido no caso do grupo Master, o FGC afirma ter recursos suficientes para realizar os pagamentos. Em junho, a liquidez do fundo somava R\$ 121,1 bilhões. (Folhapress)

Declaração anual do MEI já pode ser feita; prazo acaba no dia 31 de maio

Os MEIs (Microempreendedores Individuais) que quiserem se livrar de obrigações burocráticas logo no início do ano já podem enviar, desde o dia 1º de janeiro, a DASN-Simei (Declaração Anual do Simples Nacional) à Receita Federal. A entrega da declaração anual é obrigatória para todos os MEIs e deve ser feita até o dia 31 de maio.

A declaração informa à Receita o faturamento obtido ao longo do ano e é necessária para manter a regularidade do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). O envio deve ser feito mesmo nos casos em que a empresa não tenha registrado receita no período. Quem perder o prazo está sujeito ao pagamento de multa, com valor mínimo de R\$ 50. O boleto para quitação é gerado automaticamente no momento da transmissão da declaração.

A obrigação também vale para microempreendedores que deram baixa no CNPJ no último ano. Nesses casos, é preciso declarar os rendimentos obtidos no período anterior ao encerramento das atividades.

MEIs que ultrapassaram o limite anual de faturamento da cate-

goria, fixado em R\$ 81 mil, precisam realizar o desequilíbrio para outra modalidade, passando a recolher impostos pelo Simples Nacional.

Além da DASN-Simei, o microempreendedor deverá verificar se está obrigado a entregar a declaração do Imposto de Renda como pessoa física, conforme as regras estabelecidas pela Receita Federal, que ainda não foram divulgadas pelo órgão em 2026. O envio da declaração do IR costuma ser feito a partir de março.

* O QUE É A DASN-SIMEI?

É a declaração anual em que o MEI informa à Receita Federal o faturamento obtido no ano anterior. O envio é obrigatório e garante a regularidade do CNPJ.

QUEM PRECISA ENVIAR A DECLARAÇÃO?

Todos os microempreendedores individuais, inclusive aqueles que não tiveram faturamento no período e os que deram baixa no CNPJ no último ano.

QUAL É O PRAZO PARA ENVIAR A DECLARAÇÃO?

A DASN-Simei deve ser enviada do dia 1º de janeiro até o dia 31 de maio de 2026.

COMO FAZER A DASN?

- Acesso ao site de envio da declaração;
- Informe o seu CNPJ e clique em continuar;
- Marque o ano a que se refere a sua declaração (no caso, 2025);
- Informe o valor da Receita Bruta Total (renda) obtida no ano;
- Informe se teve ou não funcionários durante o ano;
- Confirme os dados e clique em Transmitir
- Imprima o recibo de entrega.

O QUE ACONTECE SE O MEI NÃO ENTREGAR A DECLARAÇÃO NO PRAZO?

O microempreendedor fica sujeito ao pagamento de multa, no valor mínimo de R\$ 50.

O boleto da multa é gerado automaticamente no momento da transmissão da declaração, fora do prazo. Caso o pagamento seja feito em até 30 dias, o valor da multa é reduzido em 50%, totalizando R\$ 25.

QUEM ENCERROU O MEI NO ÚLTIMO ANO PRECISA DECLARAR?

Sim. Mesmo após a baixa do CNPJ, o MEI deve informar os rendimentos obtidos no período anterior ao fechamento da empresa.

O QUE FAZER SE O FATURAMENTO ULTRAPASSOU O LIMITE DO MEI?

Se o faturamento anual superar R\$ 81 mil, é necessário fazer o desequilíbrio da categoria e passar a recolher impostos pelo Simples Nacional.

EU NÃO QUIS INFORMAR O FATURAMENTO NA DECLARAÇÃO. COMO CORRIGIR?

É possível retificar a DASN-Simei. O MEI deve acessar novamente o sistema, selecionar o ano-exercício a ser corrigido e escolher a opção “retificadora” no campo “tipo de declaração”.

Após corrigir os dados e transmitir novamente a declaração, é recomendável salvar ou imprimir o novo recibo de entrega.

O MEI TAMBÉM PRECISA DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA COMO PESSOA FÍSICA?

Depende. O microempreendedor deverá verificar se se enquadra em alguma das regras que tornam obrigatória a entrega da declaração do IR como pessoa física, como ultrapassar o limite anual de rendimentos tributáveis recebidos estabelecido pela Receita. (Folhapress)

BC recorre de inspeção no caso Master e diz que decisão deve ser tomada por colegiado do TCU

O Banco Central recorreu da decisão do ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Jhonatan de Jesus que autorizou uma inspeção no órgão regulador para analisar a documentação do caso Master.

O BC argumenta no recurso, apresentado junto ao próprio TCU, que esse tipo de inspeção precisa ser aprovado por colegiado da Corte de Contas, e não por um ministro individualmente.

O embargo foi apresentado pela autoridade monetária na segunda-feira (5), mesmo dia do despacho de Jhonatan que autorizou a inspeção, de forma monocrática.

O relator decidiu que a inspeção deve ocorrer in loco e envolver todo o acervo de documentação do caso, “em ambiente seguro e sob as cautelas de sigilo legal”. O objetivo é verificar a motivação e coerência da decisão do BC de liquidar o banco de Daniel Vercaro.

De acordo com decisão do relator, os técnicos do TCU terão que fazer um rastreamento de documentos relacionados ao caso e também deverão analisar como foram tratadas as negociações de

mercado apresentadas por Vercaro. Será necessário ainda investigar quais alternativas poderiam ter sido tomadas antes da liquidação.

No recurso, o BC destaca que o regimento interno do TCU estabelece a inspeção com um instrumento de fiscalização para suprir omissões, lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias.

“Ocorre que, a dispor sobre a organização dessa egregia Corte de Contas, seu regimento interno atribuiu às Câmaras do Tribunal a competência para deliberar colegiadamente sobre a realização da inspeção”, diz o recurso, preparado pela Procuradoria do BC.

Ao decidir pela inspeção “com máxima urgência”, Jhonatan de Jesus não descartou a possibilidade de intervenção futura, via cautelar, caso sejam identificados no processo atos com potencial de difícil reversão, como venda ou desmobilização de ativos do Master.

O risco de uma cautelar do TCU preocupa agentes do mercado financeiro, uma vez que poderia modificar a decisão tomada pelo BC de liquidar o banco em 18 de novembro. (Folhapress)

Motoristas podem ter desconto de até 15% no IPVA 2026

Com segurança reforçada, Réveillon na Paulista teve queda de 27,5% de roubos e furtos de celulares

O Réveillon 2025/2026 na Avenida Paulista registrou queda de 27,5% nas ocorrências de furtos e roubos de celulares em comparação com a virada do ano anterior. Ao todo, 145 casos foram registrados, frente a 200 no Réveillon passado. Os números, contabilizados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado, são resultado do amplo esquema de segurança montado para a festa, coordenado pela Prefeitura de São Paulo e que contou com reforço da Guarda Civil Metropolitana (GCM), Polícia Militar (PM), Polícia Civil e monitoramento inteligente com 9.000 câmeras do Programa SmartSampa.

Considerando apenas os roubos, a redução foi ainda mais expressiva: cinco ocorrências neste ano, contra nove no Réveillon anterior, o que representa queda de 44,5%. Já os casos de furtos envolvendo os aparelhos celulares totalizaram 140 ocorrências no Réveillon de 2025/2026 — no ano anterior, foram registrados 191 boletins de ocorrência.

Para garantir a segurança do público ao longo de toda a Avenida Paulista, a GCM disponibilizou 1.100 agentes. A Polícia Militar destacou 1.950 policiais e cerca de 1.500 profissionais de segurança privada reforçaram o esquema. Ao todo, 361 viaturas foram empregadas durante o evento. O planejamento

especial teve início às 18h do dia 30 de dezembro e seguiu até as 7h do dia 1º de janeiro de 2026.

“Realizamos a maior operação de segurança da história do Réveillon na Paulista, com o objetivo de garantir tranquilidade e sensação de segurança para quem veio celebrar a virada do ano. A atuação integrada da GCM, do Smart Sampa e das demais forças de segurança foi fundamental para alcançar esses resultados. Todo esse planejamento foi debatido e definido pelo prefeito Ricardo Nunes, junto às secretarias envolvidas”, afirmou o secretário municipal de Segurança Urbana, Orlando Morando.

Além do monitoramento inteligente com mais de 9 mil câmeras do Programa Smart Sampa, com vigilância em tempo real, houve apoio de recursos estratégicos como o Smart Bus, o Smart Dog e o Dronepol, ampliando a capacidade de prevenção e resposta rápida a ocorrências durante toda a festa.

Maior celebração de fim de ano da história da capital, o Réveillon reuniu 2,1 milhões de pessoas ao longo de mais de 14 horas de shows e atividades gratuitas. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que 99,1% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o evento. (Prefeitura de SP)

Motoristas de alguns estados já podem consultar o calendário e pagar o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) de 2026. O tributo é necessário para a regularização do licenciamento anual. Regras e prazos variem conforme a unidade da federação.

O pagamento já pode ser feito em alguns estados e os vencimentos costumam variar de acordo com o final da placa do veículo. Quem optar pela quitação à vista no início do ano pode obter desconto de até 15%. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o abatimento no pagamento à vista é de 3%, enquanto na Bahia e no Rio Grande do Sul combinado a outros benefícios o percentual é maior.

As regras de parcelamento também variam. Em algumas unidades da federação, o IPVA pode ser pago em até seis parcelas.

SÃO PAULO

Em São Paulo, o calendário de vencimentos começa em 12 de janeiro e varia de acordo com o número final da placa do veículo. Quem optar pela quitação à vista em janeiro terá desconto de 3%.

Em algumas instituições financeiras, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, Santander, Safra, Siccoob, Daycoval, Mercantil e Rendimento, porém, o pagamento já pode ser feito.

Também é possível quitar o imposto em fevereiro, em taxa única e sem desconto, ou parcelá-lo em até cinco vezes, com vencimentos mensais de janeiro a maio.

O pagamento pode ser feito em toda a rede bancária credenciada, informando o número do

Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores). No estado de São Paulo, ele pode ser feito por Pix, aplicativos e caixas eletrônicas de bancos, em lotéricas e com cartão de crédito, em empresas credenciadas pela Sefaz-SP.

Os caminhões seguem um calendário próprio. Para esses veículos, o pagamento integral antecipado em janeiro também garante desconto de 3%, enquanto a quitação em taxa única, sem desconto, vence em 22 de abril. Já o parcelamento pode ser feito em até cinco vezes, com vencimentos distribuídos entre março e setembro.

RIODEJANEIRO

No estado do Rio de Janeiro, o vencimento das parcelas começa a partir de 21 de janeiro, e o pagamento pode ser feito via Pix, em qualquer instituição financeira, ou por meio de código de barras, em bancos parceiros da Secretaria estadual de Fazenda (Bradesco, Itaú, Santander e Siccoob).

Para realizar o pagamento, é necessário emitir o Documento de Arrecadação do Estado do Rio de Janeiro (DARJ) exclusivamente pelo site da Sefaz-RJ, no endereço: <https://ipva2026.fazenda.rj.gov.br>.

O tributo pode ser pago em parcela única, com desconto de 3%, ou em três parcelas iguais, sem o abatimento.

PARANÁ

O Paraná oferece desconto de 6% para quem fizer pagamento à vista. O valor também pode ser parcelado em cinco vezes, mas sem o desconto.

Além disso, o estado reduziu a alíquota de IPVA em 45%, de

3,5% para 1,9% do valor venal dos veículos.

O novo percentual incide sobre automóveis, motocicletas acima de 170 cilindradas, caminhonetes, camionetas, ciclomoteres, motonetas, utilitários, motorhomes, triciclos, quadriciclos e caminhões-tractores. Ônibus, caminhões, veículos de aluguel ou movidos a gás natural veicular (GNV) serão tributados em 1%.

A taxa única ou a primeira parcela poderão ser pagas no período entre 9 e 15 de janeiro, e o vencimento varia conforme o número final da placa do veículo.

BAHIA

O estado da Bahia oferece 15% de desconto para aqueles que fizerem pagamento único antecipado até o dia 10 de fevereiro.

Se o pagamento em taxa única for feito até a data de vencimento da primeira parcela, há desconto de 8%.

O imposto também pode ser parcelado em cinco vezes, caso o valor devido seja, no mínimo, de R\$ 120.

A alíquota do imposto varia entre 3% e 1% do valor venal dos veículos. Demais informações estão disponíveis no site da Secretaria da Fazenda do estado.

RIOGRANDEDO SUL

O pagamento do IPVA 2026 no Rio Grande do Sul começou em dezembro (16). O tributo pode ser parcelado em seis vezes e sem descontos progressivos. A alíquota do imposto varia entre 1% e 3% do valor venal do veículo.

Aqueles que quitaram o IPVA até 30 de dezembro tiveram desconto de 3% e pagaram

sem o reajuste, de 4,43% (ou seja, 7,4% de desconto). Aqueles que pagarem em janeiro, fevereiro ou março em valor único também terão descontos, mas menores.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do estado, caso o motorista tenha direito aos benefícios dos programas Bom Motorista e Bom Cidadão, os descontos podem chegar a 25,69% por serem cumulativos.

Para os que optarem pelo parcelamento em seis vezes, o pagamento deve ser feito até o último dia útil de cada mês.

MINASGERAIS

O IPVA 2026 em Minas Gerais será cobrado a partir de 9 de fevereiro. Ele pode ser pago em parcela única, com 3% de desconto, ou em até três parcelas (com valor mínimo mensal de R\$ 50). Caso opte pelo pagamento único, deve ser feito na primeira parcela de acordo com o respectivo final da placa do carro.

A alíquota do imposto varia entre 1% e 4%. Se o veículo for novo, a base de cálculo é o preço que consta na nota fiscal de venda. Se for usado, a referência é a tabela Fipe do fim do ano anterior à cobrança.

CEARÁ

No Ceará, o IPVA poderá ser pago em até cinco vezes em 2026, com valor mínimo de R\$ 100. O imposto também pode ser quitado em pagamento único até 30 de janeiro, o que garante 5% de desconto.

A alíquota do imposto varia de 1% a 3,5% sobre o valor do veículo. Mais informações estão disponíveis no site da Secretaria da Fazenda do estado. (Folhapress)

Saúde vai monitorar cenário sanitário na fronteira com a Venezuela



Foto: Vitor Campanato/ABR

O Ministério da Saúde enviou uma equipe da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela. O objetivo é avaliar estruturas de saúde, profissionais, vacinas e outros insumos.

Em nota, o ministério informou que estrutura um plano de contingência para resposta do SUS a um “possível agravamento da crise internacional e avanço da demanda de migrantes na região fronteira” após ataque conduzido pelo governo norte-americano.

Ainda segundo a nota, as equipes enviadas a Roraima possuem vasta experiência em situações de tragédia e estão identificando estruturas hospitalares e avaliando a possibilidade de ampliação.

Caso haja necessidade, o governo informou que vai montar hospitais de campanha e expandir estruturas existentes com o objetivo de reduzir os impactos no sistema público de saúde brasileiro.

Na nota, o Ministério da Saúde se coloca à disposição da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para ajuda humanitária, citando apoio por meio do fornecimento de medicamentos e insumos para diálise, visto que o principal centro de distribuição da cidade de La Guaira, na Venezuela, ficou destruído após um ataque.

“O Ministério da Saúde reafirma o papel do SUS como referência internacional ao garantir assistência médica integral a todas as pessoas em solo nacional. Para imigrantes em cidades de fronteira, esse direito é assegurado, independentemente do status migratório ou nacionalidade”, concluiu o comunicado.

No último sábado (3), diversas explosões foram registradas em bairros da capital venezuelana, Caracas. Em meio ao ataque militar, orquestrado pelos Estados Unidos, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e sua esposa, Cilia Flores, foram capturados por forças de elite do EUA e levados para Nova York.

O ataque marca um novo episódio de intervenções diretas norte-americanas na América Latina. A última vez que os Estados Unidos invadiram um país latino-americano foi em 1989, no Panamá, quando militares norte-americanos sequestraram o então presidente Manuel Noriega, acusando-o de narcotráfico.

Assim como fizeram com Noriega, os Estados Unidos acusam Maduro de liderar um suposto cartel venezuelano chamado De Los Soles, sem apresentar provas. Especialistas em tráfico internacional de drogas questionam a existência do cartel.

O governo do presidente Donald Trump oferecia uma recompensa de US\$ 50 milhões por informações que culminassem na prisão de Maduro.

Para críticos, a ação é uma medida geopolítica para afastar a Venezuela de adversários globais dos Estados Unidos, como China e Rússia, além de exercer maior controle sobre o petróleo do país, que é dono das maiores reservas de óleo comprovadas do planeta. (Agência Brasil)

Governo de São Paulo assina contrato de concessão de loterias que vai financiar a construção de dois hospitais no estado

cas estruturantes”, destaca o diretor-presidente da Companhia Paulista de Parcerias, Edgard Benozatti.

O contrato prevê que a operação das loterias estaduais será de responsabilidade da concessionária, que poderá atuar em canais físicos e digitais. O plano inicial contempla a implantação de 31 unidades lotéricas exclusivas, além da abertura de até 11 mil pontos de venda em todo o estado.

A concessão autoriza a exploração de modalidades como prognósticos numéricos, passivas e esportivas, além de loterias instantâneas (como as tradicionais “raspadinhas”). A exceção são as chamadas apostas de quota fixa — as “bets” —, que não fazem parte do escopo do projeto.

Também estão previstos mecanismos rigorosos para proteção de menores, incluindo o impedimento de acesso de crianças e adolescentes aos jogos e a obrigatoriedade de manter os pontos de venda a uma distância mínima de 300 metros de creches e escolas de ensino básico e fundamental.

A SP Loterias foi a segunda colocada no leilão realizado em novembro de 2024, mas assumiu

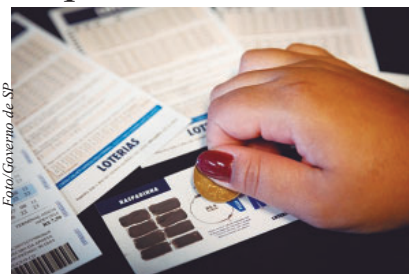


Foto: Governo de SP

A concessão autoriza a exploração de modalidades como prognósticos numéricos, passivas e esportivas, além de loterias instantâneas.

o contrato após a desclassificação do consórcio Aposta Vencedora, que não cumpriu os requisitos obrigatórios para a assinatura, como o pagamento da outorga fixa.

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP)

A concessão das Loterias Paulistas faz parte do PPI-SP, uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômi-

co, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, são mais de 30 projetos qualificados e uma carteira de mais de R\$ 550 bilhões em investimentos. (Governo de SP)

Primeira vara de atenção a idosos faz um ano e é referência no país

Perto de completar seu primeiro ano, a 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas (Vepi), inaugurada em janeiro do ano passado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), tornou-se referência no tratamento de demandas civis que exigem atendimento humanizado, atenção, respostas mais rápidas e cuidadosas. De janeiro até o dia 30 de novembro de 2025, a Vara emitiu 1.522 sentenças, 3.410 decisões e 9.012 despachos, chegando ao total de 13.944 decisões. Além disso, 655 novos processos foram distribuídos após a criação da vara e 1.229 tiveram baixa.

O conhecimento, a troca de ideias, e, principalmente, a aproximação do Judiciário com os demais poderes instituídos marcou

o primeiro ano da Vara. O juiz Carlos Eduardo Pimentel das Neves Reis, que atua na Vepi desde a sua instalação, disse que “varas especializadas precisam de ação conjunta e, por isso, é de extrema importância que haja aproximação entre o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais poderes.

E a gente está falando das clínicas da Família, dos centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), dos centros de Referência de Assistência Social (Cras), dos abrigos, das casas de envelhecimento saudável que o município tem. Todo esse aparato contribui para uma prestação jurisdicional melhor, porque de nada adianta o juiz dar uma sentença determinando o acolhimento de um idoso se

não tiver um local para acolhê-lo”, explicou o magistrado.

Reunião

Em agosto de 2025, o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, se reuniu com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, a presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (Cevji), desembargadora Daniela Brandão Ferreira, magistrados e secretários municipais. A interação e articulação histórica entre os órgãos internos do Judiciário e do município do Rio não ficou só neste encontro e vem apresentando resultados.

Além do aumento do valor pago pela prefeitura do Rio por idoso a instituições de acolhi-

mento ter passado de R\$ 1.746,00 para R\$ 2.618,00, o Judiciário e o Executivo mantiveram a comunicação.

“Conseguir aproximar esse diálogo e ter as portas abertas para conversar com os secretários, com as pessoas que estão à frente, é fundamental. Na ocasião, trocamos nossos telefones para conversar e o contato continua. Inclusive teve um caso recente, em que o secretário de Envelhecimento Saudável do Rio, Felipe Michel, me ligou por causa de uma operação que estava sendo realizada para fechar um abrigo de idosos clandestino. Com o ordem judicial, conseguimos fechar o abrigo com urgência”, disse o juiz Carlos Eduardo. (Agência Brasil)

Saldo da balança comercial tem recorde em dezembro mas encolhe em 2025

Pressionada pelo crescimento das importações e pelo barateamento das commodities (bens primários com cotação internacional), a balança comercial encorrou 2025 com superávit menor que em 2024, apesar de registrado o melhor resultado para um mês de dezembro desde 1989. No ano passado, as exportações superaram as importações em US\$ 68,293 bilhões, uma queda de 7,9% em relação ao superávit registrado em 2024.

Os números foram divulgados nesta terça-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Apesar do recuo, esse foi o terceiro maior superávit comercial anual desde o início da série histórica, em 1989.

Os maiores foram o de 2023, quando o superávit chegou a US\$ 98,903 bilhões, e o de 2024, quando o resultado positivo ficou em US\$ 74,177 bilhões.

Tanto as exportações como as importações bateram recorde. Mesmo com o tarifaço dos Estados Unidos e com a queda no preço das commodities, principalmente do petróleo, as vendas para o exterior somaram US\$ 348,676 bilhões, com alta de 3,5% em relação a 2024.

Beneficiadas pelo crescimento da economia, no entanto, as importações aumentaram em ritmo maior. No ano passado, o Brasil comprou US\$ 280,382 bilhões do exterior, alta de 6,7%.

Projeções

O saldo comercial veio bastante superior às projeções. O Mdic projetava superávit comercial de US\$ 60,9 bilhões em 2025, com US\$ 344,9 bilhões em exportações.

Já as importações ficaram abaixo da projeção de US\$ 284 bilhões. O fato de as importações terem ficado inferiores ao previsto ajudou a elevar o superávit da balança no fim de 2025.

Resiliência

Em entrevista coletiva, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que o comércio exterior brasileiro cresceu em 2025, mesmo com o tarifaço e as dificuldades geopolíticas.

“O nosso volume em termos de exportação cresceu 5,7%. O comércio global cresceu 2,4%. Então, crescemos mais que o dobro do comércio global. Isso mostra a resiliência e a boa competitividade dos produtos brasileiros”, declarou.



Foto: Reuters/Divulgação

leiros”, declarou.

Apenas em dezembro, a balança comercial registrou superávit de US\$ 9,633 bilhões, alta de 107,8% em relação ao mesmo mês de 2024. Esse foi o maior resultado para o mês da série histórica, iniciada em 1989, superando o recorde anterior, de superávit de US\$ 9,323 bilhões, em dezembro de 2023. As importações também atingiram valor recorde para o mês.

O valor das exportações e

das importações em dezembro ficou o seguinte:

Exportações: US\$ 31,038 bilhões, alta de 24,7% em relação a dezembro do ano passado;
Importações: US\$ 21,405 bilhões, alta de 5,7% na mesma comparação

Setores

Na distribuição por setores da economia, as exportações em dezembro cresceram da seguinte forma:

Agropecuária: +43,5%, com alta de 35,2% no volume e de 6,7% no preço médio;

Indústria extrativa: +53%, com alta de 58,1% no volume e queda de 3,2% no preço médio;

Indústria de transformação: +11%, com alta de 14,9% no volume e queda de 4,2% no preço médio.

Produtos

Os principais produtos responsáveis pelo crescimento das

exportações em dezembro foram os seguintes:

Agropecuária: soja (+73,9%); café não torrado (+52,9%) e milho não moído, exceto milho doce (+46%);

Indústria extrativa: óleos brutos de petróleo (+74%) e minério de ferro (+33,7%);

Indústria de transformação: carne bovina (+70,5%) e ouro não-monetário (+88,7%).

No caso do petróleo bruto, a retomada da atividade das plataformas, após um período de manutenção programada em novembro, foi o principal fator para o crescimento.

Em relação às importações, o crescimento está vinculado à recuperação da economia, com o aumento do consumo e dos investimentos.

Na divisão por categorias, os produtos importados foram os seguintes:

Agropecuária: soja (+4.979,1%) e trigo e centeio não moídos (+24,6%)

Indústria extrativa: fertilizantes brutos, exceto adubos, +222,4%; carvão não aglomerado (+26,3%);

Indústria de transformação: combustíveis (+42,9%) e medicamentos, incluindo veterinários (+47,7%). (Agência Brasil)

Veja faixas e alíquotas do Imposto de Renda 2026

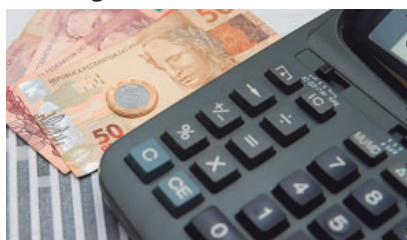


Foto: Marcelo Casal/Jrjgencia Brasil

Em vigor desde 1º de janeiro, a nova tabela do Imposto de Renda (IR) 2026 traz mudanças relevantes para milhões de contribuintes.

A principal novidade é a isenção total para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e a redução gradual do imposto para rendas de até R\$ 7.350.

A tabela tradicional do Imposto de Renda não foi alterada, continuando os valores em vigor em 2025. A diferença está nos redutores adicionais instituídos pela reforma do IR.

Para garantir o benefício a quem ganha até R\$ 7.350, a Receita Federal criou novas tabelas de dedução a serem aplicadas simultaneamente com a tabela tradicional.

As alterações valem para os salários pagos a partir de janeiro, com impacto percebido a partir do pagamento de fevereiro. As mudanças se refletem na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de 2027, que considera os rendimentos de 2026.

A seguir, veja quem tem direito à isenção, como ficam as faixas mensais, as alíquotas e a tabela anual do IR.

Quem fica isento do Imposto de Renda em 2026?

Com a nova regra, passam a ficar totalmente isentos do IR: trabalhadores com carteira assinada; servidores públicos; aposentados e pensionistas

do INSS ou de regimes próprios; desde que a renda mensal total não ultrapasse R\$ 5 mil.

Quem tem mais de uma fonte de renda precisará complementar o imposto na declaração anual, mesmo que cada rendimento isolado seja inferior a R\$ 5 mil.

Quem ganha até R\$ 7.350 também paga menos imposto

Para rendas entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350, há uma redução parcial e decrescente do imposto: quanto mais próxima a renda estiver de R\$ 5.000, maior o desconto;

quanto mais próxima de R\$ 7.350, menor o benefício; acima desse valor, não há redução.

A regra também se aplica ao 13º salário.

O que muda na apuração anual do Imposto de Renda?

Além da tabela mensal, a Receita Federal também aplicará isenção e redução no cálculo anual do imposto:

isenção anual para quem ganhar até R\$ 60 mil em 2026; redução gradual do imposto para rendas entre R\$ 60.000,01 e R\$ 88,2 mil;

acima desse valor, não há desconto adicional.

O redutor anual é limitado ao

imposto apurado, ou seja, não gera imposto negativo nem restituição automática extra.

Imposto mínimo para alta renda

Para compensar a perda de arrecadação, a reforma cria o Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo (IRPFM), voltado à alta renda:

Renda anual acima de R\$ 600 mil (R\$ 50 mil/mês): entra na regra

Alíquota progressiva de até 10%

Renda acima de R\$ 1,2 milhão por ano: alíquota mínima efetiva de 10%

Estimativa do governo: cerca de 141 mil contribuintes serão afetados.

O que entra no cálculo do IRPFM?

salários; lucros e dividendos; rendimentos de aplicações financeiras tributáveis.

Em relação aos salários acima de R\$ 50 mil por mês, essa fonte de renda gera desconto no IRPFM a pagar, mesmo incluída na base de cálculo. Isso porque o Imposto de Renda já foi descontado na fonte, com alíquota de 27,5%.

Ficam fora:

poupança, Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), fundos imobiliários, Fiagro e outros investimentos incentivados; heranças e doações; indenizações por doença grave; ganhos de capital na venda de imóveis, exceto fora da bolsa;

aluguéis atrasados

valores recebidos acumuladamente, por meio de ações judiciais; O imposto mínimo será apurado apenas a partir da declaração de 2027.

Tributação de dividendos

Outra novidade relevante é a tributação de dividendos na fonte: 10% de imposto retido sobre dividendos;

apenas quando superarem R\$ 50 mil por mês; valor pago por uma única empresa à pessoa física.

A maioria dos investidores não será afetada. A medida mira sócios e empresários que recebem altos valores em dividendos, até então isentos.

O imposto retido poderá ser compensado na declaração anual.

Pontos de atenção e possíveis disputas

Dividendos relativos a lucros apurados até 2025 só permanecerão isentos se a distribuição tiver sido aprovada até 31 de dezembro de 2025.

Especialistas alertam para possíveis questionamentos judiciais, por possível efeito retroativo da regra.

Quais deduções continuam valendo?

Nada muda nas principais deduções:

dependentes: R\$ 189,59 por mês;

desconto simplificado mensal: até R\$ 607,20;

educação: até R\$ 3.561,50 por pessoa ao ano;

declaração anual: desconto simplificado de até R\$ 17.640

Quantas pessoas serão beneficiadas?

Segundo o governo federal: 16 milhões de contribuintes devem ser beneficiados; O custo estimado da medida é de R\$ 31,2 bilhões, compensado pelas novas formas de tributação sobre alta renda: IR-FPM e imposto sobre dividendos acima de R\$ 50 mil mensais. (Agência Brasil)

Setor financeiro amplia apoio a BC em reação à inspeção do TCU no caso Master

A indústria financeira brasileira decidiu reforçar seu apoio ao Banco Central após o presidente do TCU (Tribunal de Contas da Conta), Vital do Rêgo, determinar a inspeção in loco da documentação do caso Banco Master pela área técnica da corte.

Em carta aberta, publicada nesta segunda-feira (5), 11 associações do mercado bancário e de capitais vão reiterar que depositam plena confiança no trabalho do órgão regulador. Numa união considerada inédita pelos participantes do mercado, o movimento reúne associações de cinco segmentos do setor: financeiro, bancário, meio de pagamentos e de capitais, além de cooperativas de crédito.

O documento diz que “é imprescindível preservar a independência institucional do BC”, e que o órgão tem supervisão bancária atenta e independente, “voltada para a solvência e integridade” do sistema de forma exclusivamente técnica, prudente e vigilante, como antecipou a Folha de S. Paulo.

A leitura feita pelas instituições financeiras é que essa nova movimentação da Corte de Contas representa mais uma investida para constranger e dar um xe-

que-mate no BC, o que poderia desqualificar a decisão da autoridade de liquidar o Banco Master, tomada em novembro.

O documento reúne associações que no seu conjunto representam 602 instituições financeiras. Além disso, conta com o apoio do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) e também de outras entidades não bancárias como a B3 (Bolsa de Valores), de acordo com pessoas que participaram da articulação de bastidor, nas últimas 48 horas, para a elaboração do texto.

A visão geral do setor foi a de que é necessário dar um peso maior ao desagravo e mostrar a inquietação e o mal-estar com o desenrolar dos acontecimentos diante da movimentação do TCU.

De acordo com um dirigente de uma associação signatária do documento, a nova carta, com união de mais associações, é uma demonstração de força ao dobrar a aposta na defesa do BC e uma mensagem clara que as divergências foram engavetadas para se unirem em defesa do BC. Há uma semana, quatro associações tinham manifestado apoio.

No noite do domingo (4), a Abcees (Associação Brasileira

das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) também decidiu assinar o manifesto de desagravo ao BC. Um dos dirigentes que participou da elaboração do texto disse à reportagem que a carta mostra que a indústria tem um lado no caso Master: o BC.

O entendimento é que não se trata de uma defesa em particular do presidente do BC, Gabriel Galipoli, mas da “autoridade técnica” do órgão regulador.

Se por um lado, a inspeção fez com que o relator do processo no TCU que apura falhas e omissões do BC no caso Master, ministro Jhonatan de Jesus, tivesse que esperar um levantamento da área técnica antes de tomar uma decisão, por outro, as associações veem com grande preocupação e desconfiança as razões que levaram o presidente do tribunal a determinar a inspeção.

Político da Paraíba, Vital do Rêgo tem forte relação com integrantes do Senado. Ele foi senador e acabou indicado para o TCU, em 2014, pela presidência do Senado. É também irmão do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Há ainda preocupação com o risco de o processo se transformar numa disputa política

entre Senado e Câmara pela influência no caso Master dentro do tribunal para ficar credor das investidas contra o BC.

Segundo pessoas que lidam com o caso e técnicos do TCU, Jhonatan de Jesus já estaria sofrendo pressão de políticos influentes do centrão nesse processo. O ministro foi deputado federal por Roraima e líder do Republicanos na Câmara, o mesmo partido de Hugo Motta (PB).

A indicação de Jhonatan nasceu do acordo político feito pelos partidos do centrão na eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara. O presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), não se lançou concorrendo com Lira, e Jhonatan foi escalado pelo seu partido, em troca, para a vaga no TCU.

Entre os auditores do TCU, há o temor de uso político do tribunal para preservar interesses de lideranças políticas que possam vir a ter relação com as fraudes praticadas pelo dono do Master, o agora ex-banqueiro Daniel Vórcaro.

Há também uma preocupação de o relator Jhonatan dar uma medida cautelar suspendendo a liquidação do Master. A lei exige ao menos duas mani-

festações da área técnica antes de uma decisão do tribunal. Esse risco diminuiu com a entrada da inspeção da área técnica, mas não está totalmente descartado, segundo um auditor experiente ouvido pela reportagem.

Entre os bancos, há também a preocupação dos riscos que tal medida poderia trazer num momento em que o FGC se prepara para pagar títulos de renda fixa não honrados pelo banco.

A primeira associação a divulgar uma nota sobre o tema foi a ABBC (Associação Brasileira de Bancos), depois que o ministro Jhonatan de Jesus atendeu a um pedido do Ministério Público de Contas e da liderança da minoria na Câmara dos Deputados para que o BC explicasse em 72 horas a sua decisão de liquidar o Master.

No dia 27, Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito), Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Zetta (Associação que representa empresas do setor financeiro e de meios de pagamentos), além da ABBC, se manifestaram em defesa da autoridade monetária.

Em nota separada, a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) também defen-

deu a autonomia e a independência do Banco Central.

Na sexta-feira (2), a Fin (Confederação Nacional das Instituições Financeiras) se uniu a entidades do setor financeiro em apoio ao BC.

Além da Fin e Abcees, a carta desta segunda-feira (5) foi assinada por ABBC, Febraban, Acrefi (Associação de Bancos), Zetta (Associação das Instituições de Crédito e de Crédito), Zetta, Abracam (Associação Brasileira de Câmbio) e Anbima. Outras entidades que assinaram a carta são Abde (Associação Brasileira de Desenvolvimento), OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e ABBI (Associação Brasileira de bancos internacionais).

Como mostrou a Folha de S. Paulo, o cerco do TCU e STF (Supremo Tribunal Federal) ao órgão regulador fez as instituições financeiras passarem por cima das divergências que marcaram os dois últimos anos, especialmente entre os grandes e as fintechs por conta de temas relacionados à tributação e regulação. O embate aumentou com trocas de farpas públicas entre o presidente da Febraban, Isaac Sidney, e o dono do Nubank, David Vélez. (Folhapress)